

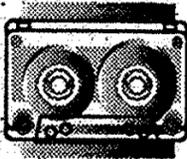
Agentes americanos da DEA agem livremente no Brasil

■ Ação é facilitada pelo pouco controle aéreo na Amazônia

LEANDRO FORTES —

BRASÍLIA

Os agentes americanos da DEA (Drug Enforcement Administration), o departamento de repressão a drogas dos Estados Unidos, atuam ilegalmente na Amazônia brasileira. Através do sistema de radares instalado nas fronteiras da Colômbia e do Peru, graças a um convênio de cooperação com aqueles países, os americanos detectam a entrada de aviões clandestinos e, em ações irregulares, prendem narcotraficantes em território brasileiro, sem prévio conhecimento da Polícia Federal e sem autorização do governo. Mesmo quando os traficantes são presos no Brasil, o governo americano alega que eles foram capturados na Colômbia ou no Peru, e os extradita para os Estados Unidos, onde são julgados.



Calha Norte — Há dois anos, o Exército constatou, através de informantes, a presença dos americanos na região do Calha Norte, próximo à cidade brasileira de Tabatinga (AM), e informou ao Ministério da Aeronáutica. Na cidade colombiana de Leticia, a poucos quilômetros de Tabatinga, há um radar construído pela Colômbia e os Estados Unidos com suas antenas voltadas para o Brasil. O brigadeiro José Alfredo Sobreira de Sampaio, comandante do VII Comando Aéreo Regional (Comar) sediado em Manaus (AM), confirmou, na edição de sexta-feira do JORNAL DO BRASIL, que os radares instalados na fronteira colombiana e peruana são operados pelos americanos, e possuem um



O radar americano localizado em Leticia tem um alcance de 300 quilômetros sobre o território brasileiro

alcance de 300 quilômetros sobre a Amazônia brasileira.

Um oficial do serviço de informações das Forças Armadas disse ontem que, sem o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), o governo não tem nenhuma condição de neutralizar a ação ilegal dos agentes do DEA dentro do território nacional.

Segundo um relatório dos serviços militares de inteligência, as operações do DEA são um resultado direto do "imenso vazio de segurança" da Amazônia, cada vez mais escolhida como rota do tráfico internacional de drogas. Os militares afirmam que, sem um sistema integrado de radares brasileiros na região, é impossível provar a violação do território. "Só o Sivam nos daria velocidade de ação", avaliou um oficial da área de inteligência.

Segundo o coronel da reserva da

Aeronáutica, Carlos José Pollhuber, superintendente regional do Sivam em Manaus, o Ministério da Aeronáutica irá pôr em funcionamento, em janeiro ou fevereiro do ano que vem, um radar de longo alcance — funcionando graças a um gerador movido a óleo diesel — em Tabatinga, completando um arremedo de controle aéreo composto por outros três radares instalados em Manaus, São Gabriel da Cachoeira (AM), e Boavista (RR), controlando o tráfego aéreo de uma porção mínima da Amazônia, cuja área equivale a 52% do território nacional. Esses radares foram fornecidos pela empresa francesa Thomson, que perdeu a concorrência do Sivam para a americana Raytheon, ainda no tempo da implantação do sistema Dacta (Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), feito por ela.

FH não vê atentado à soberania

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, por intermédio do seu porta-voz, embaixador Sérgio Amaral, que a presença de radares americanos instalados nas fronteiras do Brasil com Peru e Colômbia não constitui "atentado à soberania nacional". Segundo Sérgio Amaral, a presença de radares nas fronteiras é "um fato comum" e o Brasil tam-

bém dispõe de equipamentos similares em outras regiões. O Itamarati não quis se pronunciar sobre o assunto, alegando desconhecê-lo.

"Um radar instalado na fronteira, evidentemente, tem uma cobertura sobre a região limítrofe, mas isso não significa que ele esteja instalado para fiscalizar o território nacional", argumentou o porta-voz. De acordo com Sérgio Ama-

ral, os satélites americanos cobrem uma área maior que os radares e nem por isso o governo brasileiro está preocupado.

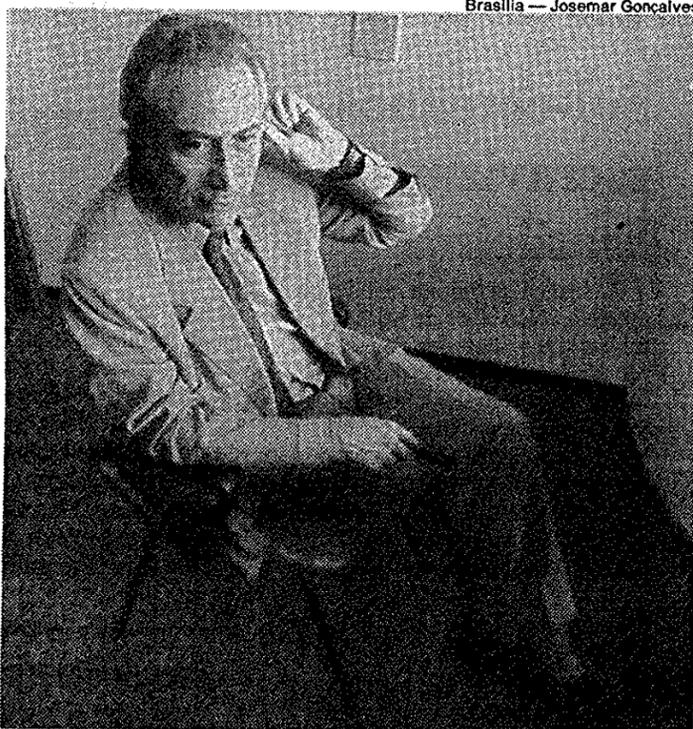
"Maior cobertura têm os satélites estacionários, que vários países têm, inclusive o Brasil e, nem por isso, esse diferente trabalho de observação caracteriza um atentado à soberania nacional", sustentou Sérgio Amaral.

Denúncia preocupa Congresso

BRASÍLIA — Preocupado com as declarações do titular do VII Comando Aéreo Regional (Comar), brigadeiro José Alfredo Sobreira Sampaio — de que os EUA já têm o controle aéreo da região amazônica, através de radares instalados na Colômbia e no Peru —, o líder do PMDB na Câmara, deputado Michel Temer (SP), solicitou ontem ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que envie uma nota a cada parlamentar, esclarecendo, em linguagem simples e direta, todos os detalhes sobre o Sivam.

Avaliação — Para esclarecer a questão, a supercomissão do Senado que analisa o sistema aguarda, para a próxima quinta-feira, a entrega, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), através do cientista Rogério César de Cerqueira Leite (da Unicamp), de uma avaliação do contrato entre o Ministério da Aeronáutica e a Raytheon, com todas as suas implicações. Também no depoimento do ministro da Aeronáutica, Lélcio Lobo, marcado para terça-feira, a instalação de radares dos EUA nas fronteiras brasileiras será debatida. "A pressão dos EUA, para controlar a Amazônia, é violenta", denunciou o senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Já o relator do projeto Sivam na supercomissão do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), diz que o fato de existirem radares dos EUA nas fronteiras só reforça sua posição de manter, no relatório final, a apro-



Michel Temer pediu explicação por escrito sobre os radares do Sivam

vação do financiamento de R\$ 1,4 bilhão para a instalação do projeto, sem inviabilizar a Raytheon. "O fato de os radares do Sivam serem fornecidos por empresa americana não significa nada, porque o software será produzido pela Aeronáutica", tranquilizou o relator.

Mas a revelação do VII Comar acabou dividindo os partidos aliados na supercomissão do Sivam. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) encaminhou requerimento so-

licitando uma cópia da carta do presidente dos EUA, Bill Clinton, ao ex-presidente Itamar Franco, para esclarecer as informações de que ele teria pressionado em favor da Raytheon.

Já o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) solicitou a convocação do brigadeiro da reserva Ivan Frota, para explicar o teor de sua carta a Fernando Henrique, denunciando que o contrato com a Raytheon deixará a região amazônica

Projeto propõe derrubar aviões

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O ministério da Aeronáutica está solicitando ao Congresso Nacional autorização para destruir aviões que estejam voando, ilegalmente, no espaço aéreo brasileiro. O projeto chegou ao Congresso dia 10 de novembro e está na comissão de Constituição e Justiça.

Se a aeronave irregular adotar uma atitude agressiva, o interceptador será obrigado a forçar seu pouso, executando o tiro de aviso, e como medida extrema, o tiro de destruição. Em tempo de paz, somente com autorização do presidente da República é permitido à FAB dar o tiro de destruição em aeronaves infratoras civis.

O projeto foi anunciado pelo novo chefe do Estado Maior da Aeronáutica, brigadeiro Sérgio Ferolla, em depoimento na supercomissão do Senado, na última quarta-feira, para justificar a necessidade de controlar os vôos de pequenas aeronaves na Amazônia, totalmente fora do controle da Aeronáutica. "Se não descer por bem, desce por mal", disse o brigadeiro. Segundo ele, "é estarrecedor o número de aviões ilícitos que entram no país".

Imprescindível — Hoje, pelo menos uma centena de aeronaves por mês sobrevoam ilegalmente o território nacional. Mas o ministério da Aeronáutica alega que nada pode fazer porque a atual lei impede o abate do avião. Por esse motivo, a Aeronáutica solicitou como "imprescindível" a modificação no Código Brasileiro de Aeronáutica.

A redação do projeto é composta de apenas um parágrafo. "Esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeita à medida de destruição".

O processo funciona da seguinte forma: o radar identifica um avião ilegal, emite determinação para que ele pouse no aeroporto mais próximo e, se não o fizer, será alertado com um tiro. Se continuar a não obedecer, o alvo do tiro será o próprio avião. No Peru, só este ano, já foram abatidas 70 aeronaves.

vulnerável para o acompanhamento eletrônico de elementos vitais, como o monitoramento das reservas indígenas e florestais, o acervo de biodiversidade, que é o maior do planeta, e — o que é mais ambicionado pelos países ricos — a identificação exata do potencial de minerais preciosos através de técnicas de sensoriamento remoto.

Para o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), os EUA não abrem mão do controle da região, em consequência do movimento dos narcotraficantes, da sua biodiversidade e posição estratégica. "Se o Brasil não controlar, é fatal a mobilização dos EUA."

INPE — Na bancada do PSDB, o senador Jefferson Peres (AM) anunciou que votará a favor de zerar o projeto Sivam, para que nova licitação seja realizada, em defesa, principalmente, da tecnologia nacional. "Prefiro a implantação de um projeto que aproveite os recursos humanos e a tecnologia do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Fica mais barato e mais seguro, porque o custo é equivalente aos juros pagos pelo financiamento total de US\$1,4 bilhão ao Eximbank", destacou Peres.

A defesa da Aeronáutica é simples: um banco de dados a ser instalado na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) vai armazenar e proteger as informações sigilosas que serão obtidos pelos radares do Sivam. (Sonia Carneiro)